

Capítulo 1

INTRODUÇÃO	25
-------------------------	-----------

Capítulo 2

PANORAMA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO DIREITO BRASILEIRO	29
---	-----------

2.1	INTRODUÇÃO	29
2.2	A INFLUÊNCIA DO CENÁRIO EUROPEU	30
2.2.1	A Convenção n. 108. Convenção 108+.....	31
2.2.2	A Diretiva n. 95/46/CE	32
2.2.3	Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.....	33
2.2.4	O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados	34
2.2.5	Diplomas setoriais	37
2.3	A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	38
2.4	O PROCESSO LEGISLATIVO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	43
2.5	PREMISSAS CONCEITUAIS.....	47
2.5.1	Dados e informações	47
2.5.2	Documentos	48
2.5.3	Dados pessoais	48
2.5.4	Dados pessoais sensíveis	49
2.5.5	Tratamento de dados pessoais	52
2.5.6	Agentes de tratamento.....	53
2.5.7	Encarregado.....	54
2.6	FUNDAMENTOS DO DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	56

2.6.1	Visão geral	56
2.6.2	Livre desenvolvimento da personalidade e autodeterminação informativa	57
2.6.3	Privacidade.....	61
2.7	PRINCÍPIOS CONSAGRADOS NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.....	64
2.7.1	Introdução.....	64
2.7.2	Boa-fé. Os múltiplos sentidos da boa-fé na Lei Geral de Proteção de Dados	66
2.7.3	Finalidade	69
2.7.4	Adequação	71
2.7.5	Necessidade.....	73
2.7.6	Livre acesso e transparência	74
2.7.7	Qualidade dos dados.....	76
2.7.8	Segurança.....	77
2.7.9	Prevenção	79
2.7.10	Não discriminação.....	82
2.7.11	Responsabilização e prestação de contas (<i>accountability</i>).....	83
2.8	OPERAÇÕES DE TRATAMENTO EXCLUÍDAS DA INCIDÊNCIA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	84
2.9	HIPÓTESES LEGAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	87
2.9.1	Introdução.....	87
2.9.2	Consentimento	88
2.9.3	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória	92
2.9.4	Execução de políticas públicas	93
2.9.5	Realização de estudos por órgão de pesquisa.....	94
2.9.6	Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacio- nados a contrato	96
2.9.7	Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral	97
2.9.8	Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de tercei- ro.....	97
2.9.9	Tutela da saúde.....	98
2.9.10	Legítimo interesse do controlador ou de terceiro	99
2.9.11	Proteção do crédito.....	103
2.9.12	Garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular	103

2.10	TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO.....	104
2.10.1	Introdução.....	104
2.10.2	Hipóteses legais para o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público.....	105
2.10.3	Regime jurídico do tratamento de dados pessoais pelo Poder Público.....	108
2.11	DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS.....	111
2.11.1	Generalidades.....	111
2.11.2	Direito a obter resposta.....	112
2.11.3	Confirmação da existência e acesso aos dados pessoais e às informações relativas ao seu tratamento.....	113
2.11.4	Atualização e correção.....	117
2.11.5	Bloqueio, eliminação, esquecimento e desindexação.....	118
2.11.5.1	Bloqueio.....	118
2.11.5.2	Eliminação.....	119
2.11.5.3	Esquecimento e desindexação.....	120
2.11.6	Anonimização.....	129
2.11.7	Portabilidade.....	134
2.11.8	Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e revogação do consentimento.....	135
2.11.9	Oposição ao tratamento de dados.....	137
2.11.10	Revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais.....	137
2.11.11	Direito de petição à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.....	139
2.12	A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.....	140
2.12.1	Visão geral.....	140
2.12.2	Independência.....	142
2.12.3	Composição e receitas.....	144
2.12.4	Competências da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.....	146
2.12.4.1	Competências administrativas ou executivas.....	146
2.12.4.2	Competências regulamentares ou normativas.....	147
2.12.4.3	Competências de controle ou fiscalizatórias.....	150
2.12.4.4	Competências decisórias.....	152
2.12.4.5	Limitações de estrutura da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e a importância do seu poder de agenda.....	153

2.12.5	A função decisória da Autoridade Nacional de Proteção de Dados: um diálogo com o Código de Processo Civil, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a Lei de Liberdade Econômica.....	155
2.12.5.1	Intervenção subsidiária e excepcional na atividade econômica.....	155
2.12.5.2	Consideração das consequências práticas da decisão.....	157
2.12.5.3	Preservação da estabilidade, integridade e coerência da sua jurisprudência.....	159
2.12.6	O Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade.....	161
2.12.7	Sanções administrativas.....	162
2.12.8	Continuidade jurídica e regras de transição na regulação do tratamento de dados pessoais.....	168

Capítulo 3

A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO PODER JUDICIÁRIO.....	171	
3.1	INTRODUÇÃO.....	171
3.2	A COMPETÊNCIA PARA DISCIPLINAR E FISCALIZAR O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO PODER JUDICIÁRIO.....	171
3.2.1	Separação de Poderes e proteção de dados pessoais no âmbito do Judiciário.....	171
3.2.1.1	Autoridades de proteção de dados e os tratamentos de dados realizados por tribunais no exercício da função jurisdicional: cenário europeu.....	173
3.2.1.2	Tratamento de dados pessoais no Poder Judiciário: o papel do Conselho Nacional de Justiça.....	177
3.2.1.3	Regulamentação e fiscalização do tratamento de dados pessoais no Judiciário: funções jurisdicional e não jurisdicional.....	180
3.2.2	A disciplina do tratamento de dados pessoais pelo Conselho Nacional de Justiça.....	185
3.2.2.1	Resolução n. 269/2018.....	194
3.2.2.2	Portarias n. 63/2019 e n. 209/2019.....	194
3.2.2.3	Resolução Conjunta n. 06/20 (CNJ/TSE).....	195
3.2.2.4	Recomendação n. 73/2020.....	195
3.2.2.5	Resolução n. 332/2020.....	195
3.2.2.6	Resolução n. 334/2020.....	196

3.2.2.7	Recomendação n. 74/2020	197
3.2.2.8	Portaria n. 191/2020	197
3.2.2.9	Resolução n. 335/2020.....	198
3.2.2.10	Portaria n. 213/2020	198
3.2.2.11	Portaria n. 242/2020	198
3.2.2.12	Resolução n. 360/2020.....	199
3.2.2.13	Resolução n. 363/2020.....	199
3.2.2.14	Resolução n. 370/2021.....	201
3.2.2.15	Resolução n. 395/2021.....	201
3.2.2.16	Resolução n. 396/2021.....	201
3.2.2.17	Resolução n. 408/2021.....	202
3.2.2.18	Resolução n. 574/2024.....	203
3.2.3	A competência do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.....	203
3.2.3.1	O Conselho da Justiça Federal	203
3.2.3.2	O Conselho Superior da Justiça do Trabalho.....	204
3.2.3.3	Natureza das atribuições do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e sua relação com o Conselho Nacional de Justiça	206
3.2.3.4	O papel do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho na proteção de dados pessoais.....	208
3.2.4	A regulamentação complementar em regimentos internos dos tribunais	209
3.2.5	A aplicação de sanções pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados ao Poder Judiciário	210
3.3	AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO PODER JUDICIÁRIO	217
3.3.1	Controlador.....	217
3.3.2	Operador.....	224
3.4	A FIGURA DO ENCARREGADO NOS TRIBUNAIS	225
3.4.1	Designação.....	226
3.4.2	Atribuições	227
3.5	A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO	228
3.5.1	O direito de acesso à informação perante o Poder Público.....	228

3.5.2	Conteúdo jurídico da transparência	237
3.5.3	A Lei n. 12.527/2011 e seu regime elementar de proteção de dados pessoais sob o controle do Poder Público	238
3.5.4	A Resolução n. 215/2015 do Conselho Nacional de Justiça	241
3.5.5	A comunicação social no Poder Judiciário e a Resolução n. 85/2009 do Conselho Nacional de Justiça	245
3.5.6	Critérios para a solução de conflitos entre a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados: a questão da publicidade de dados pessoais de membros e servidores do Poder Judiciário....	247
3.5.6.1	A divulgação da remuneração de agentes públicos do Poder Judiciário.....	248
3.5.6.1.1	A visão do Supremo Tribunal Federal	248
3.5.6.1.2	A decisão da Corte Constitucional italiana	254
3.5.6.1.3	Propostas para o ordenamento brasileiro	259
3.5.6.2	Transparência e informação sobre processos administrativos em face de membros e servidores do Poder Judiciário.....	263
3.5.6.2.1	Regulamentação da matéria	263
3.5.6.2.2	A ADI n. 4.638.....	265
3.5.6.2.3	Proposta de abordagem do tema no atual cenário normativo.....	267
3.5.6.3	A divulgação de dados pessoais de candidatos a concursos públicos.....	270

Capítulo 4

A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO (E PELO) PROCESSO	275	
4.1	PREMISSA DO CAPÍTULO: A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM UM MODELO DE INTERAÇÃO COMPLEXA ENTRE OS ENTES INTEGRANTES DO SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS.....	275
4.2	A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM UM SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS.....	277
4.2.1	Algumas palavras sobre o sistema brasileiro de justiça multipor- tas	277
4.2.2	A questão da exigência prévia de tentativa de solução perante o controlador de dados (Emenda n. 168 à Medida Provisória n. 869/2018): acesso à justiça e configuração do interesse de agir em relação ao exercício de direitos previstos na LGPD	279
4.2.3	A Autoridade Nacional de Proteção de Dados como uma porta para solução de problemas jurídicos: a Emenda n. 10 da Medida	

Provisória n. 869/2018 e a questão da submissão prévia a processo perante a ANPD	286
4.2.3.1 Da jurisdição às jurisdições	287
4.2.3.2 A interação entre o processo administrativo perante a ANPD e o processo judicial	297
4.2.3.2.1 A teoria das capacidades institucionais	297
4.2.3.2.2 A densidade normativa da expressão “órgão central de interpretação e de estabelecimento de normas e diretrizes de implementação” da Lei Geral de Proteção de Dados e a deferência do Poder Judiciário em relação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados	303
4.2.3.2.3 A questão da suspensão do processo judicial...	311
4.2.3.2.4 A utilização pelo Poder Judiciário da técnica da decisão exortativa diante do estado de mora regulamentar	315
4.2.4 O art. 52, § 7º, da Lei Geral de Proteção de Dados	318
4.2.5 A proteção de dados pessoais na arbitragem	321
4.2.6 A proteção de dados pessoais nas serventias extrajudiciais.....	323
4.3 A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO (JUDICIAL E ADMINISTRATIVO) COMO INSTRUMENTO PARA A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: O PAPEL DA ANPD	324
4.3.1 Introdução	324
4.3.2 A intervenção da Autoridade Nacional de Proteção de Dados em processos judiciais relativos à proteção de dados pessoais.....	326
4.3.3 A participação de interessados no processo administrativo perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados	335
4.3.3.1 O julgamento de processos repetitivos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados	335
4.3.3.2 A relevância da participação perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.....	338
4.4 PUBLICIDADE PROCESSUAL E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	343
4.4.1 A garantia da publicidade processual	343
4.4.2 Classificações da publicidade processual	346
4.4.3 Fundamentos constitucionais e legais.....	348
4.4.3.1 Principais referências normativas	348
4.4.3.2 Acesso aos autos do processo: visão geral.....	349
4.4.3.3 A publicidade no Código de Processo Civil.....	353

4.4.4	A Resolução n. 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça	356
4.4.5	Publicidade processual e política de dados abertos no âmbito do Poder Judiciário	361
4.4.5.1	Principais referências normativas	362
4.4.5.2	A regulamentação do Conselho Nacional de Justiça	364
4.4.5.3	Aportes do marco europeu sobre a política de dados abertos do Poder Judiciário	368
4.4.5.4	A difusão de informações judiciais e a proteção de dados pessoais	372
4.4.6	A proteção de dados pessoais e a publicidade processual: apontamentos de sistemas estrangeiros.....	376
4.4.6.1	O Tribunal de Justiça da União Europeia e o Tribunal Europeu de Direitos Humanos.....	376
4.4.6.2	Espanha.....	384
4.4.6.3	Portugal.....	387
4.4.6.4	Itália	392
4.4.6.5	As Regras de Herédia.....	398
4.4.7	O conteúdo contemporâneo da publicidade processual no ordenamento brasileiro	404
4.4.7.1	Visão geral	404
4.4.7.2	Acesso aos autos.....	409
4.4.7.3	Audiências e sessões	415
4.4.7.4	Divulgação do banco de dados de decisões: política de dados abertos do Poder Judiciário (open justice)	417
4.4.7.5	Publicação de atos judiciais no Diário Eletrônico	419
4.4.7.6	Listas destinadas ao controle da administração da justiça	421
4.4.7.7	A questão do passivo	421
4.5	O PODER JUDICIÁRIO E OS DIREITOS À ATUALIZAÇÃO, À RETIFICAÇÃO, À ELIMINAÇÃO DE DADOS, AO ESQUECIMENTO E À DESINDEXAÇÃO	422
4.6	<i>PRIVACY BY DESIGN</i> E <i>PRIVACY BY DEFAULT</i> NO JUDICIÁRIO: POR UM PROCESSO CONCEBIDO PARA A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	430
4.6.1	Adequação do Poder Judiciário, sob a ótica institucional, à LGPD	431
4.6.2	Concepção, desenvolvimento e revisão de sistemas tecnológicos de prática de atos processuais de acordo com parâmetros compatíveis com a proteção de dados pessoais	436
4.6.3	Compatibilização da legislação processual com a Lei Geral de Proteção de Dados	439

4.7	COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	441
4.7.1	A cooperação judiciária no ordenamento jurídico brasileiro	442
4.7.2	Compreensão analítica da cooperação judiciária nacional	446
4.7.3	Tipos, instrumentos e atos de cooperação.....	449
4.7.4	A atipicidade na cooperação judiciária.....	453
4.7.5	A relevância da cooperação judiciária para a proteção de dados pessoais: complexidade e multipolaridade dos problemas jurídicos....	455
4.7.5.1	Cooperação interjudiciária e proteção de dados pessoais.....	455
4.7.5.2	Cooperação intrajudiciária e proteção de dados pessoais.....	460
4.7.6	A cooperação interinstitucional	460
4.7.6.1	A cooperação entre o Poder Judiciário e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados	461
4.7.6.2	Protocolos institucionais com litigantes habituais.....	465
4.7.6.3	Protocolos institucionais com entidades responsáveis pela manutenção de ODRs	466
4.7.7	A cooperação judiciária como um problema para a proteção de dados pessoais.....	467
4.8	NEGÓCIOS PROCESSUAIS SOBRE DADOS PESSOAIS NO PROCESSO	470
4.8.1	Contornos conceituais	470
4.8.2	Posição dos negócios processuais na estrutura do direito fundamental de ação	472
4.8.3	Acordo de segredo de justiça.....	474
4.8.4	Pacto de <i>non petendo</i> em matéria de proteção de dados pessoais.....	476
4.8.5	Restrição à apresentação de determinados dados pessoais no processo	479
4.8.6	Negócios processuais no processo administrativo perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.....	481
4.9	QUESTÕES RELATIVAS AO DIREITO PROBATÓRIO	482
4.9.1	Introdução	482
4.9.2	Ônus da prova em matéria de proteção de dados pessoais	482
4.9.3	O conflito entre o direito à proteção de dados pessoais e o direito à prova: a questão da prova ilícita	485
4.9.4	Provas que veiculem dados pessoais impertinentes para a solução do processo.....	488
4.10	A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E A DECISÃO JUDICIAL	490

4.10.1	A utilização de algoritmos decisórios no Poder Judiciário e o direito à explicação de decisões judiciais elaboradas a partir de tratamento automatizado de dados.....	490
4.10.1.1	Aplicações da inteligência artificial no Poder Judiciário	492
4.10.1.2	Direito à explicação de decisões adotadas com base no tratamento automatizado de dados pessoais no âmbito do Judiciário brasileiro.....	498
4.10.2	O juiz como titular de dados pessoais: questões em torno da jurimetria	503
4.10.2.1	Compreendendo a jurimetria	503
4.10.2.2	Jurimetria e proteção de dados pessoais de juízes.....	509
4.11	TUTELA COLETIVA PARA A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	511
4.11.1	Introdução	511
4.11.2	Ações coletivas	512
4.11.3	Julgamento de casos repetitivos.....	513
4.11.4	Centralização de processos repetitivos.....	514
4.11.5	Tutela coletiva extrajudicial por heterocomposição	515
4.11.6	Tutela coletiva extrajudicial por autocomposição.....	516
4.11.7	A importância da coletivização da prova.....	518
4.11.8	Arranjos institucionais no âmbito do Poder Judiciário: reorganizando as próprias portas para uma tutela coletiva adequada.....	519
4.12	A INFRAÇÃO A NORMAS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: A QUESTÃO DA VALIDADE DE ATOS PROCESSUAIS PRATICADOS EM DESCONFORMIDADE COM A LGPD	520
4.12.1	Breves considerações sobre inexistência, invalidade e ineficácia....	520
4.12.2	A validade de atos processuais praticados em desconformidade com a LGPD: análise à luz do suporte fático	522
4.12.3	A oposição ao tratamento de dados pessoais em caso de descumprimento da LGPD	523

Capítulo 5

CONCLUSÕES	527
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	533